



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

CLAUDECI BRAZ DA SILVA ANDRADE

**AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE
SUMÉ – PB PARA O MELHORAMENTO DOS ÍNDICES DE
EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO.**

**SUMÉ - PB
2019**

CLAUDECI BRAZ DA SILVA ANDRADE

**AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE
SUMÉ – PB PARA O MELHORAMENTO DOS ÍNDICES DE
EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO.**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Professora Dr^a Denise Xavier Torres.

**SUMÉ - PB
2019**

A553a Andrade, Claudeci Braz da Silva.
Ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação de Sumé – PB
para o melhoramento dos índices de educação no município. /
Claudeci Braz da Silva. - Sumé - PB: [s.n], 2019.

43 f.

Orientadora: Professora Dr^a. Denise Xavier Torres.

Artigo Científico - Universidade Federal de Campina Grande;
Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso
Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Políticas educacional. 2. Índices educacionais - melhorias. 3.
Secretaria Municipal de Educação de Sumé - PB. 4. Sumé – PB –
educação. 5. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Sumé
- PB I. Torres, Denise Xavier. II. Título.

CDU: 37:35(045)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

CLAUDECI BRAZ DA SILVA ANDRADE

**AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE
SUMÉ – PB PARA O MELHORAMENTO DOS ÍNDICES DE
EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO.**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA:



Professora Dra. Denise Xavier Torres
Orientadora – CDSA/UFCG



Professor Dr. Gilvan Dias de Lima Filho
Examinador I – CDSA/UFCG



Professor Ms. Allan Gustavo Freire da Silva
Examinador II – CDSA/UFCG

Trabalho aprovado em: 12 de dezembro de 2019.

SUMÉ - PB

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esse curso quero agradecer inicialmente a Deus por ter me dado forças, coragem e perseverança para continuar ao longo de toda essa trajetória, não foi uma caminhada fácil, porém muito gratificante, pois significa para mim a realização de um sonho, que só foi possível graças a minha grande força de vontade e ao apoio de todos que me ajudaram direta ou indiretamente.

De forma geral agradeço aos meus pais Onildo Ferreira de Andrade e Josefa Braz da Silva Andrade, por compartilharem comigo esse sonho e acreditarem nessa conquista.

Agradeço de maneira especial aos meus amados filhos pelo apoio, palavras de motivação e incentivo enchendo-me de forças para prosseguir.

Aos meus queridos irmãos Carlinda Braz da Silva Andrade e Claudimar Braz da Silva Andrade que sempre me apoiaram torceram por mim.

Ao meu esposo José Paulo Braz da Silva, pelo apoio nas horas de desânimo e o suporte dado durante todo o curso.

A todos os professores pelo conhecimento transmitido e assistência prestada durante essa trajetória acadêmica

Agradeço com muito carinho a minha orientadora Denise Xavier Torres, por todo apoio, paciência e principalmente pela grande contribuição acadêmica dada para a conclusão desse trabalho

E por fim agradeço aos meus colegas de curso pelos conhecimentos compartilhados e pelas trocas de experiências. Principalmente a Adriele Batista, Vandson Amorim e Eduardo Guilherme pela parceria nos trabalhos em equipe.

RESUMO

A Educação apresenta-se atualmente como o principal mecanismo de acesso ao desenvolvimento social, econômico e cultural de um país, e para que esse desenvolvimento de fato aconteça é essencial que a educação pública ofertada seja de boa qualidade. A partir desse entendimento essa pesquisa buscou respostas para a seguinte problemática: quais as ações desenvolvidas pela secretaria de educação de Sumé – PB, para o melhoramento dos índices de educação no município, entre eles o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) entre os anos 2015 a 2017? Este trabalho tem como objetivo geral compreender as ações que estão sendo desenvolvidas pela secretaria de educação de Sumé – PB para alcançar melhores índices de educação no ensino fundamental do município. Como objetivos específicos têm-se: mapear as políticas educacionais voltadas para a educação básica do município de Sumé – PB; identificar ações que estão sendo realizadas para promover o desenvolvimento e ampliação do ensino básico no município de Sumé – PB; conhecer e caracterizar entraves e desafios encontrados pela gestão municipal na aplicação das políticas públicas de educação. Metodologicamente, esta pesquisa classifica-se como descritiva, exploratória de natureza qualitativa, apoiada em passos da técnica de análise de conteúdo. A Secretaria de Educação de Sumé tem investido na qualificação dos professores, na melhoria infra estrutural, recursos tecnológicos e ferramentas pedagógicas visando melhorias na qualidade educacional e elevação no IDEB do município, mas ainda encontra desafios, que estão sendo trabalhados para que não prejudiquem o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Índices de qualidade. Melhoria de índices educacionais.

ABSTRACT

Education is currently the main mechanism for access to social, economic and cultural development of a country, and for this development to happen, it is essential that the public education offered is of good quality. From this understanding this research sought answers to the following problem: what are the actions developed by the education department of Sumé - PB, for the improvement of the education indexes in the city, among them the Basic Education Development Index (IDEB)? This work has as general objective to understand the actions that are being developed by the secretary of education of the city of Sumé - PB to reach better levels of education. From this perspective, the following specific objectives were outlined: map the educational policies focused on basic education in the city of Sumé - PB; identify actions that are being taken to promote the development and expansion of basic education in the city of Sumé - PB; to know and characterize obstacles and challenges faced by municipal management in the application of public education policies. Methodologically, this research is classified as descriptive, exploratory of qualitative nature, supported by a bibliographical and documentary analysis. To promote good quality education, it is essential to develop strategic actions focusing on the teaching-learning process. According to data obtained in the survey, the education department of Sumé, besides investing in teacher qualification, has also provided improvements in infrastructure and technological resources and pedagogical tools aiming at improvements in educational quality and increase in the municipality's IDEB, but still faces challenges related to family context that are being worked on so that they do not undermine the teaching-learning process.

Keywords: Educational policies. Quality scores. Improvement of educational indexes.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	9
2.1 Políticas Públicas Educacionais	11
2.2 Importância de se promover uma Educação Pública de Qualidade	12
2.3 Fatores que contribuem para o desenvolvimento da Educação Pública	14
3. ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, POR MEIO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)	15
3.1. Conceituando Educação Básica e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	16
3.2 Educação como grande vetor do desenvolvimento Social, Econômico e Cultural nos Municípios.....	18
4. METODOLOGIA	20
4.1 Caracterização do Campo.....	21
4.2 Estrutura Organizacional	22
5. ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS	23
5.1 Mapeamento das políticas educacionais voltadas para a educação básica no município de Sumé – PB	23
5.2 Ações que estão sendo realizadas para promover o desenvolvimento e ampliação do ensino básico no município de Sumé – PB	25
5.3 Entraves e desafios encontrados pela gestão municipal na aplicação das políticas públicas de educação.....	26
5.4 Análises das notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede municipal de ensino entre os anos de 2015 a 2017.....	27
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS:	33
APÊNDICE	334

1 INTRODUÇÃO

A temática da pesquisa é motivada principalmente pela necessidade de se compreender melhor como se dá o processo de promoção do ensino público e de avaliação dos resultados dos índices de educação do município de Sumé, buscando, sobretudo entender a correlação existente entre os índices de educação e a qualidade de educação pública oferecida. A pesquisa também é motivada por interesses profissionais que buscam explorar melhor esse tema por meio da compreensão dos indicadores de resultados da avaliação da educação básica do município e também dos efeitos positivos ou negativos gerados por esses índices, bem como também conhecer os investimentos e ações que estão sendo efetivados para o melhoramento da qualidade de educação. Essa pesquisa foi de grande importância para formação acadêmica da pesquisadora, pois a mesma remete-se a questões totalmente relacionadas a Gestão Pública, e isso requer o uso de conhecimentos teóricos adquiridos durante o curso que serviram de base para a aplicação na prática, esse trabalho permite uma aproximação da pesquisadora com a realidade da Gestão Pública por meio de informações que podem ser usadas como fonte de estudos mais aprofundados.

Atualmente, mesmo diante dos investimentos feitos na área de educação, ainda encontramos diversos fatores que interferem no sistema educacional público brasileiro. Fato esse que abre um leque de investigações sobre as ações e projetos que vem sendo desenvolvidos para garantir melhorias significativas na qualidade da educação pública do nosso país. Fatores como a má distribuição de renda, aumento nas desigualdades sociais, ausência da participação da sociedade e diferenças nas formas de acesso ao direito a educação impactam diretamente nos índices educacionais e no desenvolvimento socioeconômico do país, estados e municípios.

Tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação quanto a Constituição Federal de 1988, abordam a questão da responsabilização do estado em ofertar uma educação de boa qualidade. Segundo o artigo 4º inciso IX da LDB "o dever do Estado com Educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.(BRASIL 1996, p.32).

Diante da sua relevância para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país o estudo dessa temática torna-se importante para que seja feita uma junção de perspectivas e saberes no sentido de que sejam formuladas políticas educacionais voltadas para a melhoria da qualidade da educação pública oferecida pelo nosso estado, para que sejam alcançados

melhores índices de educação em todas as esferas da nossa federação (federal, estadual e municipal). Nesse sentido, ao concluir esse trabalho a pesquisadora pretende obter dados capazes de contribuir com processo de atuação de gestores e atores políticos na formulação e implementação de políticas públicas que venham a assegurar a melhoria na qualidade de educação e fortalecimento da educação básica resultando em melhores índices de desenvolvimento na educação pública do município de Sumé – PB.

Para que tenhamos uma educação de qualidade devemos considerar uma variedade de fatores que nos leve a compreender o importante papel da sociedade nesse processo de ensino aprendizagem e no desenvolvimento de ações que venham facilitar o acesso e a expansão educacional. Uma melhora na qualidade de educação e nos índices educacionais reflete em melhores condições de vida, pessoal, profissional e social. É através da educação que o indivíduo desenvolve as suas habilidades e competências crítica e intelectual para se tornar agente de transformação na sociedade, pois, só através da construção de cidadãos conscientes e profissionais qualificados e que teremos uma sociedade bem mais desenvolvida e com menos desigualdades sociais. Diante de toda essa problemática a pesquisa procurou responder a seguinte questão: **Quais as ações desenvolvidas pela secretaria de educação de Sumé – PB, para o melhoramento dos índices de educação no município, entre eles o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) entre os anos 2015 a 2017?**

A pesquisa tem como objetivo geral compreender as ações que estão sendo desenvolvidas pela secretaria de educação de Sumé - PB para alcançar melhores índices de educação no ensino fundamental do município. Como objetivos específicos temos: mapear as políticas educacionais voltadas para a educação básica do município de Sumé – PB; identificar ações que estão sendo realizadas para promover o desenvolvimento e ampliação do ensino básico no município de Sumé – PB; conhecer e caracterizar entraves e desafios encontrados pela gestão municipal na aplicação das políticas públicas de educação.

O presente trabalho está organizado em cinco partes, além da introdução uma seção que trata da qualidade na educação brasileira, uma que trata da análise da educação pública por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), outra seção que trata da metodologia, uma seção que apresenta a análise e discussões dos resultados e por fim uma seção que trata das considerações finais.

2 QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Essa abordagem sobre a qualidade na educação nos remete a uma discussão ampla que abrange conceitos, ações e previsões sobre o tema, devendo-se observar todas as variáveis que envolvem de maneira complexa e dinâmica essa temática. Não podemos falar em qualidade educacional sem considerar os fatores internos e externos que interferem ou facilitam no desenvolvimento de ações político pedagógicas com foco na melhoria da qualidade de ensino aprendizagem.

Desde os tempos mais remotos já se discutia e se fazia previsões acerca da qualidade de educação oferecida no Brasil, mas, foi a partir do século XIX que se passou a estudar de forma mais efetiva esse assunto, que é de fundamental importância para a construção e ou transformação de uma sociedade mais justa e igualitária, e conseqüentemente mais democrática e consciente capaz de cobrar do estado o seu papel fundamental de promover e oferecer educação de qualidade a todos indistintamente.

Diante das inúmeras transformações sociais e econômicas pelo qual tem passado o nosso país se fez necessária uma revisão ou renovação no sistema público de ensino brasileiro devendo esse se adequar a essas mudanças de forma que possa atender as necessidades de todos os públicos por meio do envolvimento de todos os atores essenciais para a promoção de uma educação de boa qualidade e em quantidade suficiente para atender as demandas sociais do nosso país. Qualidade e quantidade são dois termos distintos de um mesmo fenômeno que possuem a mesma importância e funcionam de forma integrada, onde uma depende da outra no que se refere à realidade educacional. (DEMO, 1990).

A partir dos anos 1990, com as reformas do estado, o nosso país passou por diversas transformações sociais, que desencadearam mudanças no papel do estado, que não mais exercia aquela atribuição de apenas prover educação pública, mas, de implantar um sistema de ensino público integrado onde todos os atores envolvidos no processo sejam responsáveis e capazes de colaborar de forma eficiente e eficaz com o desenvolvimento da educação básica e com a elevação dos indicadores de resultados obtidos por meio das avaliações feitas pelo Sistema de avaliação da educação básica (SAEB) por meio da Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) também conhecida como Prova Brasil.

Esse novo sistema de avaliação oferece maior autonomia às demais esferas de governo na execução das políticas educacionais, no entanto, exige um maior esforço e dedicação por parte dos agentes educadores que de acordo com o desempenho obtido nas avaliações do

rendimento escolar estes poderão ser responsabilizados pelos resultados obtidos nos exames avaliativos realizados para medir a da qualidade educacional.

Para Bonamino e Souza, (*apud*SILVA 2015, p. 23-24):

A primeira geração é caracterizada pela implantação de políticas de avaliação de baixo risco, com caráter diagnóstico e com o objetivo de acompanhar o avanço da qualidade de educação. A segunda geração é denominada de responsabilização branda, pois os resultados das avaliações são medidos e divulgados por redes e instituições de ensino toda via sem atribuir sanções ou recompensas. A terceira geração é marcada pelo uso dos resultados das provas com consequências fortes, visto que são instituídos mecanismos de sanção ou de premiação as escolas e aos docentes de acordo com os resultados obtidos.

Essa nova sistemática adotada pelos governos tem fortalecido a política de avaliação externa da educação básica que ocorre geralmente em larga escala, ou seja, os objetivos aqui pretendidos são bem maiores e mais amplos do que as simples avaliações aplicadas pelos professores em sala de aula aumentando assim a responsabilização das instituições escolares que repassa a seus profissionais a tarefa de trabalhar de forma incansável para atingir os melhores índices de desenvolvimento na qualidade de ensino ofertado, independentemente das condições de trabalho e dos recursos disponibilizados os docentes deverão usar a sua capacidade técnica e intelectual para disponibilizar a seus alunos informações que lhes desenvolva uma formação educacional suficiente para obter um bom desempenho nas provas avaliativas realizadas pelos órgãos que compõem o sistema de avaliação externa no âmbito nacional.

Esse novo modelo de administração gerencial permite que os governos tenham mais autonomia para criarem seus próprios sistemas de avaliação que devem ser fundamentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), com essa iniciativa o estado que antes era provedor de ensino passou a exercer a função avaliativa e reguladora das políticas educacionais e tendo como principal compromisso avaliar a qualidade de educação que está sendo ofertada. Segundo Silva (2015, p.113):

No contexto educacional o estado assume como uma de suas principais incumbências a avaliação da qualidade da educação, a partir de então as iniciativas de avaliação externa em larga escala passam a ser utilizada no país como mecanismo privilegiado para a aferição e a promoção da qualidade da educação.

A função reguladora do Estado, faz dele um estado capaz, de prover mudanças sociais, políticas e econômicas que começaram a ser notadas principalmente a partir do ano de 2007 com a criação do índice de desenvolvimento da educação básica, como um instrumento de

controle e avaliação da qualidade da educação pública e servindo como fonte de orientação das políticas públicas que devem servir como base para o alcance de uma educação de boa qualidade

2.1 Políticas Públicas Educacionais

Para se chegar a um melhor entendimento sobre as ações da educação brasileira faz-se necessário uma avaliação da importância de as políticas públicas educacionais desenvolvidas desde a esfera federal até chegar a municipal, analisando a importância da implementação dessas políticas no melhoramento dos níveis de educação. As políticas públicas tornaram-se um campo do conhecimento importante para a efetivação das ações dos governos. Nessa perspectiva Souza (2006, p. 5) define política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.

De acordo com Piana (2009), a educação é um fator primordial para alavancar melhores condições de vida tanto para quem estuda quanto para o restante da população, pois quanto maior for o nível educacional de uma região conseqüentemente mais desenvolvida ela será. Mas, para alcançar esse patamar de desenvolvimento precisa-se de maiores investimentos nas políticas públicas voltadas para a educação. Com os ajustes feitos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional desenvolvendo políticas públicas educacionais voltadas para a educação inclusiva cidadã e de qualidade trouxeram alguns avanços e melhorias para a nossa sociedade possibilitando que crianças especiais por meio da inclusão pudessem frequentar escolas normais juntos com outras crianças assegurando a elas o direito a uma melhor socialização e desenvolvimento de suas capacidades. A política de inclusão prepara tanto as crianças que precisam de atenção especial como também as demais crianças são trabalhadas para aprender a lidar com as diferenças. Essa perspectiva social e humanizada tem dado muito certo nas escolas brasileiras inclusive no nosso município.

O ensino público no Brasil está experimentando transformações profundas. Reformas nacionais juntamente com iniciativas em âmbito estadual e municipal estão alterando as práticas pedagógicas e a organização escolar, na tentativa de dar eficácia à escola e universalizar o seu acesso. [...] a sociedade civil organizada espera uma verdadeira representatividade política dos conselheiros e que possam influenciar nas decisões e na dinâmica cotidiana das escolas. [...] o conselho escolar é um dos mais importantes mecanismos de democratização da gestão de uma escola. Assim quanto mais ativa e ampla for a participação dos membros do conselho na vida da escola

maiores serão as possibilidades de fortalecimento dos mecanismos de participação e de decisão coletivos. (PIANA, 2009, p. 20-21).

A busca por uma melhor qualidade na educação e aumento nos indicadores da área aumenta também o compromisso dos gestores na formulação e implementação de políticas públicas educacionais mais eficientes focadas no melhoramento na qualidade de ensino aprendizagem refletindo assim em um maior desenvolvimento econômico e social para o país. No entanto isso não significa dizer que essas políticas vão trazer os resultados esperados, pois para que elas apresentem um bom resultado nas avaliações é necessário um comprometimento dos diversos atores políticos e sociais. Diante de tantos problemas a sociedade pode dar sua contribuição agindo de forma consciente e responsável, como sujeito integrante nesse processo ela deve se organizar através de conselhos representativos municipais e ou estaduais de educação fazendo uma gestão participativa onde toda comunidade possa se engajar na luta por melhorias na educação.

2.2 Importância de se promover uma Educação Pública de Qualidade

A qualidade da educação é um tema de grande complexidade e que envolve diversos sujeitos ligados a esse campo de atuação, além do estado que é o grande responsável pela promoção da educação, professores, gestores, alunos e a comunidade em geral, todos estão diretamente envolvidos nesse processo de promoção de ensino de boa qualidade que vai desde as condições em que esse ensino é ofertado até as medidas adotadas para o incentivo a permanência e a obtenção de bons resultados na vida escolar. A participação da comunidade na vida escolar é muito importante, pois a qualidade da educação é assunto do interesse de toda a sociedade que deve pressionar o poder público para que este formule, implemente e avalie constantemente as políticas públicas educacionais desenvolvidas seja elas na esfera federal, estadual ou municipal. "A participação da comunidade na escola, como todo processo democrático é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de se refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação." (RIBEIRO, 2011, p. 6).

A implantação da política de tempo integral na escola trouxe diversas discussões tanto positivas como negativas, se por um lado o aluno vai permanecer por mais tempo estudando e realizando atividades educativas e socioeducativas por outro lado se questiona se os ambientes escolares estão preparados para comportar essa demanda o dia inteiro. Essa política

se bem pensada e bem elaborada pode trazer muitos benefícios para o público estudantil e, conseqüentemente, traz melhorias na qualidade educacional. É preciso que esta política venha acompanhada de outras que sejam capazes de incentivar e conquistar o interesse dos alunos em permanecer na escola o dia inteiro, pois se ela apenas reproduzir o modelo de escola tradicional os efeitos podem não ser muito positivos, e conseqüentemente não gerar um bom desempenho no aprendizado. De acordo com Gomes, (2005), Nóvoa (1995) e Soares (2002),apud Cavaliere (2019):

As pesquisas demonstram que não há associação automática entre mais tempo e melhor desempenho ou vice e versa. De fato, em qualquer das dimensões a serem consideradas nas pesquisas sobre o "efeito escola", nunca é possível estabelecer uma relação positiva ou negativa, automática. Ainda assim, observadas as mediações e particularidades, permanece no conjunto das pesquisas a constatação de que a maior duração do tempo letivo apresenta alta incidência de relações positivas com o rendimento dos alunos. (CAVALIERE, 2019, p. 1019).

A proposta de se ter escolas em tempo integral traz consigo objetivos particulares que visam um maior engajamento da sociedade, da família e de toda comunidade escolar, com vista ao aumento da participação ativa desses membros no desenvolvimento dos projetos pedagógicos e conseqüentemente nas relações de crescimento pessoal e intelectual da classe estudantil, que terá com esse projeto a possibilidade de aumentar seus conhecimentos e o nível de aprendizagem escolar.

Nosso país passa por um período de instabilidade política e esse fato faz com que os governos adotem programas de contenção de gastos com a educação brasileira, diante desses desafios a serem enfrentados, sobretudo, no que diz respeito à aplicação das políticas educacionais a serem implementadas o estado precisa investir cada vez mais em políticas efetivas que visem principalmente aquelas áreas específicas para o melhoramento da qualidade de ensino como as de formação de professores estão diretamente ligadas a qualidade da educação e também as políticas de avaliação para analisar se as práticas pedagógicas estão sendo bem aplicadas e se estão contribuindo de maneira positiva para o melhor desenvolvimento no processo de ensino aprendizagem do nosso país. Podemos dizer que a escola só terá um bom desempenho na avaliação do IDEB se esta promover ensino de qualidade em todos os sentidos, ou seja, deve abordar dimensões socioeconômicas e culturais onde além do ambiente escolar seja dada uma atenção especial aos estudantes, mas também as famílias com foco na educação social.

A participação da comunidade na vida escolar é muito importante, pois a qualidade da educação é assunto do interesse de toda a sociedade que deve pressionar o poder público para. "A participação da comunidade na escola, como todo processo democrático é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de se refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação (RIBEIRO, 2011, p.6)

A educação é um direito e também um dever de todos, pois é através dela que se forma cidadãos conscientes e capazes de promover um mundo melhor onde todos tenham seus direitos e deveres respeitados, e, portanto, melhoramentos em todos os índices de desenvolvimento seja da esfera federal, estadual ou municipal.

2.3 Fatores que contribuem para o desenvolvimento da Educação Pública

Os principais fatores condicionantes no desenvolvimento da educação estão relacionados a: infraestrutura das escolas, equipamentos, qualificação de professores e recursos financeiros disponíveis para investir em educação tanto na área pedagógica como em outras áreas como a da segurança alimentar, acompanhamento familiar e programas socioeducativos. Geralmente as escolas dispõem de uma infraestrutura, básica prestando serviços essenciais básicos que não contemplam o público e nem as demandas que surgem. Também é preciso que haja um maior investimento na área de infraestrutura escolar capaz de proporcionar melhores condições e conforto para os alunos como também mais equipamentos para o melhor desenvolvimento das práticas pedagógicas com conforto e segurança. É essencial que se tenha uma merenda de boa qualidade que possa suprir a necessidade que muitos têm para que assim possam melhor desempenhar suas atividades com um mínimo de dignidade. E é essencial que se trabalhe a questão da responsabilização das famílias em acompanhar o desempenho dos seus filhos na escola dando-lhes o devido incentivo e apoio para que possam melhor desenvolver suas habilidades no âmbito escolar.

Toda e qualquer escola sempre atua, ou pretende atuar, para além da instituição escolar. Um grau de responsabilidade socializadora, principalmente para as crianças pequenas, é inerente a vida escolar. Na tradição brasileira, esse papel sempre foi coadjuvante a ação familiar. Nossa escola pública quase sempre precária, nunca teve condições de assumir um papel socializador forte como assumem por exemplo as escolas da elite onde a homogeneidade ideológica e a clareza de objetivos entre família, aluno e escola tornam a tarefa bem mais fácil. (CAVALIERE 2007, p.7-8).

É muito importante essa integração familiar nas escolas principalmente no sentido de acompanhar a implementação das políticas educacionais e a sua efetiva aplicação para contribuir no processo de avaliação das mesmas. Através das políticas de avaliação podemos analisar se as práticas pedagógicas estão sendo bem aplicadas e se estão contribuindo de maneira positiva para o melhor desenvolvimento no processo de ensino aprendizagem. Podemos dizer que a escolar deve ser de qualidade em todos os sentidos, ou seja, deve abordar um leque de dimensões que sejam considerados dimensões socioeconômicas e culturais onde além do ambiente escolar seja dada uma atenção especial aos estudantes, mas também as famílias com foco na educação social.

Na área de educação se faz necessária a avaliação de todas as ações realizadas devendo haver um acompanhamento desde a elaboração até a execução dos projetos e políticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas. Para uma melhor sistematização dessas ações é preciso que os pais ou responsáveis por alunos possam ter acesso a execução das políticas pedagógicas desenvolvidas no ambiente escolar de seus filhos.

Moradores de uma vila pobre sem acesso aos bens mais elementares, contando com serviços públicos ainda distantes do seu cotidiano esses pais sempre se mostraram preocupados em proporcionar a seus filhos alguns momentos que eles próprios não tiveram e dar a eles a possibilidade de sonharem com um outro amanhã. (FORTUNATI, 2007 p.70).

Sendo assim eles além de participar efetivamente da vida escolar das crianças ainda terão a oportunidade de serem inseridos em projetos sociais que os façam cada vez mais exercer a sua cidadania. Já que a participação dos pais é muito importante para o bom desenvolvimento dos filhos na escola.

3 ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, POR MEIO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

O Ministério da Educação através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) criou em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica o (IDEB), este que é um importante instrumento de avaliação do aprendizado escolar e também é usado para examinar o rendimento e o desempenho escolar o que possibilita medir a qualidade de ensino na rede pública. Pode-se se dizer também que o IDEB serve como guia das políticas públicas educacionais implementadas e é através dele que se observa o cumprimento das metas preestabelecidas para a educação e conseqüentemente há

um acompanhamento da estagnação, involução ou evolução dos níveis de qualidade de ensino público.

Como sabemos a educação é uma das políticas de grande importância e que muito tem contribuído para o desenvolvimento econômico, social e cultural de um país, não obstante ela além de ser fundamental no processo de desenvolvimento do país ela também colabora com o crescimento pessoal, profissional e intelectual de cada cidadão, por esse motivo tem sido feita diversas mobilizações e desenvolvidos muitos planos de ações para a melhoria dos indicadores de educação no Brasil. A aplicação de políticas públicas bem formuladas e bem implementadas é um fator determinante para o alcance de uma melhor qualidade na educação brasileira. Diante desse contexto se faz necessário a avaliação das políticas públicas com o objetivo de observar se elas estão sendo bem aplicadas e se os resultados são satisfatórios, caso esses resultados não atinja as metas pré-estabelecidas pelo os planos de ações educacionais que sejam feitas as devidas correções e ou alterações de modo que se possa obter melhorias nos indicadores da área.

A busca da escola e dos professores pela elevação do IDEB e a necessidade de prestar contas sobre seu trabalho tem levado a mudanças na organização escolar. O trabalho pedagógico da escola estudada está direcionado à preparação dos alunos para a Prova Brasil. [...] é possível afirmar que na instituição pesquisada a realização da Prova Brasil e a divulgação do IDEB, provavelmente não estejam demonstrando a qualidade do ensino, mas a indicando o sucesso do treinamento dos alunos para a realização da prova. (SILVA, RODRIGUES, 2013, p. 187).

A política de avaliação é um mecanismo muito importante, e que tem gerado efeitos positivos para a aplicação de novas políticas na área de educação. São vários os motivos pela qual devem ser avaliadas as políticas públicas, mas o principal é para que haja um controle quanto aos resultados dessa avaliação, caso ela não seja bem avaliada pode ser feita uma correção ou algumas alterações nas ações para que haja um redirecionamento no sentido de que sejam elaboradas políticas mais eficazes e conivente com a necessidade e a realidade de cada região.

3.1 Conceituando Educação Básica e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – 9.394/96) instituiu a educação básica em três fases a educação infantil que compreende o ensino da creche I, II e III e pré-escola I e II, ensino fundamental do 6º ao 9º ano criando a obrigatoriedade do ensino fundamental de

nove anos e ensino médio de três anos, seguindo o nível de educação escolar. Através ensino da educação básica o educando adquire as condições necessárias para desenvolver sua capacidade intelectual e exercer seu papel de cidadão na sociedade desenvolvendo habilidades técnicas que lhes permite melhores condições na continuidade de seus estudos futuros bem como também em sua qualificação profissional.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ele é um indicador de resultados usado para medir a qualidade do ensino e aprendizagem oferecido pelas instituições de ensino público no país. Através da combinação de dados obtidos por meio do fluxo escolar e das médias de desempenho nas avaliações feitas pelo INEP, no caso dos municípios é calculado através do cruzamento dos dados sobre aprovação fornecidos pelo senso escolar com as notas obtidas na Prova Brasil. De acordo com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) a meta do Brasil é até 2022 atingir a média de 6,0 e assim se igualar a média dos países desenvolvidos proporcionando uma educação de qualidade aos brasileiros.

O IDEB consiste em um indicador de qualidade da educação, que é medido a cada dois anos com notas de zero a dez. Combina a avaliação de desempenho em provas, dos alunos do quinto e nono ano do ensino fundamental e do terceiro ano do ensino médio, a prova Brasil e o SAEB, com dados de repetência e evasão. A Provinha Brasil é uma avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas brasileiras. (SILVA; RODRIGUES, 2013, p. 22).

É através dos indicadores do IDEB que os cidadãos poderão acompanhar os níveis em que se encontram a qualidade da educação básica para eventuais cobranças por melhorias no sistema educacional para que se possa obter melhores índices educacionais, inclusive cobrando o cumprimento das metas estabelecidas pelos sistemas de ensino.

As três gerações de avaliação da educação em larga escala apresentadas pelas autoras Bonamino e Sousa (2012) nos mostra que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) compreende a primeira geração, pois, ele é apropriado para a obtenção do diagnóstico e fazer o monitoramento da qualidade da educação básica, mas não considera atuação individual dos alunos ou escolas envolvidas no processo. Com a reestruturação do SAEB as avaliações passaram a ocorrer em duas etapas, sendo a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEAB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) foi ampliada as formas de divulgação dos resultados gerando assim uma maior responsabilização

dos atores, mas que ainda é considerada uma responsabilização moderada por não instituir prêmios e nem sanções pelos resultados obtidos. Já a terceira geração consiste naquela política de responsabilização mais severa que estabelece recompensas ou penalidades para professores e gestores de acordo com os resultados dos exames avaliativos (SILVA; RODRIGUES, 2013).

3.2 Educação como grande vetor do desenvolvimento Social, Econômico e Cultural nos Municípios

A educação, é um direito que os cidadãos têm garantido constitucionalmente, portanto assim como o estado tem a obrigação de promover um ensino público de boa qualidade a população também tem o dever de cobrar do estado que esse direito seja assegurado de forma plena, ou seja, ela deve ser ofertada com boa qualidade e em quantidade suficiente para atender a todos indistintamente de forma que venha a contemplar todas as demandas que dela necessite e queira usufruir. É através de uma boa educação que a população poderá formar um elo de ligação entre desenvolvimento e a transformação social, portanto, todos devem lutar para que esse direito seja assegurado. A partir das orientações do Plano Nacional de Educação (PNE) elaborado pela União, os Estados, os municípios e Distrito Federal devem elaborar seus planos de ações para determinar as diretrizes a serem seguidas no sentido de atender todas as necessidades da comunidade estudantil, aplicando de fato essas ações na prática e contemplando os diversos tipos de demandas.

O comando geral parte do Plano Nacional de Educação e proporciona o efeito cascata para atingir os planos estaduais e os municipais. Assim, não há como negar que o deliberado na esfera nacional repercute diretamente na municipal. Mas esta repercussão não é automática e muito menos factível se não ocorrer a efetiva participação de todos os seguimentos na elaboração dos planos municipais e com uma visão sistêmica. Quando se tem um plano elaborado com a efetiva participação dos professores, educadores, pais, funcionários, vereadores, do executivo, enfim de toda a sociedade, a possibilidade de não se tornar um plano fictício ou dissociado da realidade local é muito menor, pois cobranças advirão da sua implementação, inclusive em esferas extra educacionais, com a participação do Ministério Público e Judiciário. (FERREIRA; NOGUEIRA, 2015 p.8).

Para a devida efetivação do plano se faz necessária a participação de todos os atores envolvidos no sistema educacional para que sejam planejadas e implementadas ações estratégicas capazes de mudar a realidade socioeconômica do Brasil, promovendo assim desenvolvimento econômico, social e cultural.

Diversos fatores influenciam na qualidade do ensino e aprendizagem no Brasil, sabemos que a educação é um direito essencial garantido pela nossa Constituição Federal desde a sua promulgação em 5 de outubro de 1988. No entanto com as transformações estruturais e complexas sofridas pela organização social e com a infinidade de mecanismos burocráticos existentes em todas essas dimensões, a educação é um dos campos que mais sofre interferências, seja de forma direta ou indireta ela é afetada seja no seu desenvolvimento ou na qualidade e quantidade em que é ofertada. Não basta apenas ter os direitos assegurados, mas é necessário garantir que esses direitos, nesse caso específico a educação sejam aplicados com responsabilidade e garantia de princípios constitucionais. Conforme está escrito na Constituição Federal em seu artigo 206, parágrafos I-VIII.

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (EC nº 19/98 e EC nº 53/2006), igualdade de condições para acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização dos profissionais da educação escolar garantidos na forma da lei, planos de carreira com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; gestão democrática do ensino público na forma da lei; garantia de padrão de qualidade; piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal.

Nesse sentido, percebe-se que temos direito a educação de qualidade perante os nossos princípios constitucionais, mas, para a consolidação desses direitos passamos por muitos obstáculos, ocasionados por transformações sociais, econômicas e culturais. Perante esse contexto, a gestão pública se depara com uma realidade muito complexa e difícil de se trabalhar a educação, portanto, requer um planejamento estratégico muito bem elaborado para que possa atender a todos os cidadãos brasileiros em pé de igualdade e com a mesma qualidade, pois a nossa sociedade se apresenta com um nível de desigualdade social muito alto e uma má concentração de renda, fatores como esses acabam beneficiando principalmente aqueles que visam atender interesses particulares não se importando, porém, com a promoção do bem comum, gerando assim grandes desigualdades sociais. É, portanto, importante destacar que:

Quando a escola pública era para poucos, era boa só para esses poucos. Agora que é de todos, principalmente para os mais pobres, ela precisa ser apropriada para esse novo público, ela deve ser de qualidade sociocultural. Isso significa investir nas condições que possibilitam essa nova qualidade

que inclui transporte, saúde, alimentação, vestuário, cultura, esporte e lazer. (GADOTTI, 2013, p. 4).

Não basta apenas que a escola ofereça o ensino em si, mas ela precisa oferecer condições de acesso, segurança alimentar, transporte, cultura, lazer e todas as condições necessárias para assegurar aos alunos que eles tenham um bom desenvolvimento cognitivo e intelectual. O avanço da educação pública se dá através de diversas variáveis, e a qualidade do ensino nas escolas públicas é uma das causas que pode interferir ou ajudar no processo de ensino aprendizagem. Aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais são os que mais impactam na qualidade da educação pública brasileira.

4 METODOLOGIA

Metodologicamente esse trabalho apresenta-se quanto a forma de abordagem do problema como qualitativa, pois, os resultados que se busca alcançar não são possíveis de serem obtidos apenas com dados quantitativos, ou seja, não devem ser expressos apenas em números, a mesma busca obter um entendimento mais aprofundado das relações existentes entre o sujeito e objeto dentro do campo de pesquisa. A pesquisa qualitativa importa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, buscando obter esclarecimentos sobre a dinâmica das relações sociais. (GERHARDT, SILVEIRA, 2009). De acordo com Goldenberg (apud JARDIM; PEREIRA, 2009, p. 03):

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão a partir de um grupo social, de uma organização etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores baseados em métodos qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos, nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa. (GOLDENBERG, 1999).

Essa pesquisa, não tem como ser explicada somente com dados quantitativos, apesar de se fazer uso dos índices de desenvolvimento da educação, o foco nesse trabalho foi entender a realidade do objeto de estudo e dentro desse contexto compreender e interpretar elementos objetivos e subjetivos que influenciam no processo de ensino aprendizagem.

Quanto a natureza da pesquisa ela apresenta-se qualitativa e aplicada, pois, "objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática dirigidos a solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais". (SILVA, MENESES, p. 20, 2005). Quanto aos seus objetivos a pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, pois a mesma realiza uma análise apoiada em passos da técnica da análise de conteúdo através de um estudo realizado na secretaria de educação do município de Sumé - PB por meio da aplicação de entrevistas com os sujeitos diretamente envolvidos no contexto da pesquisa.

Como procedimento de coleta e produção de dados foi utilizado entrevistas para aprofundar questões ligadas às ações de melhorias da qualidade de educação e dos índices de educação do município de Sumé – PB. Os dados analisados foram frutos da entrevista semiestruturada com a chefe do departamento da Coordenação Pedagógica da rede municipal de ensino.

O método utilizado para coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, porque ela permite que além das perguntas predeterminadas possam surgir outras questões relevantes para a pesquisa no decorrer da entrevista. Para Lankshear e Knobel (2008) esse tipo de entrevista proporciona ao pesquisador adentrar questões particulares sem a necessidade de seguir um determinado padrão, proporcionando ao entrevistador e ao entrevistado fazer outros tipos de colocações pertinentes ao objeto de pesquisa no decorrer da entrevista. Durante a entrevista foi proposto a entrevistada esclarecer questões indagadas e também algumas outras demandas relacionadas a temática que foram surgindo durante o dialogo contribuindo positivamente para o resultado dessa pesquisa.

4.1 Caracterização do Campo

Esta pesquisa foi desenvolvida na Secretaria de Educação do Município de Sumé – PB por meio de uma entrevista em loco realizada com a chefe do departamento da coordenação pedagógica do município, mas para a agilidade do processo também fez uso de dados disponíveis na internet através do site da prefeitura municipal de Sumé, de acordo com os dados obtidos, a Secretaria de Educação é dividida por Departamentos Educacionais: Coordenação Pedagógica da Educação Básica, Coordenação Pedagógica das Escolas do Campo, Coordenação Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos, Departamento da Alimentação Escolar, Departamento do Transporte Escolar, Departamento dos Conselhos Municipais (FUNDEB, CAE, CME,) e Diretoria de Dados e Estatísticas.

Atualmente o Município conta com catorze Unidades de ensino sendo oito na zona urbana e seis na zona rural e desenvolve em parceria com o governo Federal os seguintes programas: Novo Mais Educação, Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), Provinha Brasil, Prova Brasil, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), PDE Interativo, Escola Sustentável, Atleta na Escola, Escola acessibilidade, Programa Nacional de Integração da Educação profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), Pró Jovem Campo e Saberes da Terra, Brasil Carinhoso e Projeto Olímpico, a definição desses programas encontra-se disponíveis no site do município.

Segundo dados do senso escolar 2018 obtidos no site Qedu¹o município de Sumé-PB conta com, 36 escolas na rede municipal, 7 escolas estaduais e 6 escolas privadas totalizando 49 escolas cadastradas, desse total apenas 6 escolas municipais participam da Prova Brasil, são elas: EMEFM Padre Paulo Roberto de Oliveira; Escola Agrotécnica Deputado Evaldo Gonçalves de Queiroz; EMEIF Gonçala Rodrigues de Freitas; EMEIF Irineu Severo de Macedo; EMEIF Maria Leite Rafael e EMEIF Professora Zélia Braz. Todas essas escolas se concentram na sede do município

4.2 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da secretaria de Educação do município de Sumé – PB conta com o Secretário da Educação e os chefes dos seguintes departamentos: Setor de Merenda escolar; Chefe do Transporte Escolar; Chefe do Setor de Estatística e Informática; Chefe da Coordenação Pedagógica da Rede Municipal de Ensino; Orientadora Educacional; Coordenadora do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa; coordenadora do Pro Jovem Saberes da Terra; coordenador do Programa de Educação de Jovens e Adultos e uma psicóloga educacional.

Essa investigação buscou analisar e entender a dinâmica das relações entre os sujeitos e como são aplicadas na prática as políticas. Pois para lidar com qualidade de educação e índices educacionais ela precisa saber o que os sujeitos fazem para acompanhar a eficácia das políticas e dos programas educacionais que dão sustentabilidade as ações locais.

¹[Qedu](#) é um portal desenvolvido Meritt e fundação Lemann com o objetivo de permitir que a sociedade brasileira saiba e acompanhe como está a qualidade dos alunos nas escolas públicas e cidades brasileiras.

Diante desses departamentos o que mais se aproxima para responder nosso objeto de pesquisa é o departamento de apoio pedagógico, e foi por meio dele que conseguimos dados, coletados através de entrevista que possibilitaram o desenvolvimento dessa pesquisa.

5 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Para melhor compreensão das ações que estão sendo traçadas pela Secretaria Municipal de educação de Sumé – PB visando conseguir melhorias nos índices educacionais, e do entendimento do trabalho de acompanhamento das políticas educacionais no município, a análise foi dividida em três polos principais. São eles: a) mapeamento das políticas educacionais voltadas para a educação básica no município de Sumé – PB; b) Ações que estão sendo realizadas para promover o desenvolvimento e ampliação do ensino básico no município de Sumé – PB; e c) Entraves e desafios encontrados pela gestão municipal na aplicação das políticas públicas de educação.

5.1 Mapeamento das políticas educacionais voltadas para a educação básica no município de Sumé – PB

Durante a entrevista foi possível encontrar relatos de diversas políticas educacionais desenvolvidas no município de Sumé capazes de promover melhorias nos índices educacionais, como: o projeto Educare (Educar e Resignificar), que foi criado com o objetivo de resgatar adolescentes e reinseri-los no contexto escolar, o programa traz uma proposta trabalhada por área do conhecimento para corrigir a distorção idade e série, trabalha as habilidades desses jovens para prepará-lo para o mercado de trabalho e despertar nele a questão profissional além disso também trabalhar a questão da ética e cidadania para que eles se reconheçam como parte desse processo; projeto aprender construído das creches e da educação infantil, também é uma aquisição do município onde professores e alunos recebem um kit contento uma mochila e livros paradidáticos com atividades pautadas no referencial curricular nacional para educação infantil; o programa mais saber atividades que é uma aquisição da própria prefeitura que comprou esse projeto da Editora GRAFSET, para serem trabalhadas com os alunos do segundo ao nono ano, nele são disponibilizados os livros de atividades de Português e Matemática que são as disciplinas avaliadas na Prova Brasil, nele também vem incluído a formação dos professores, o diagnóstico e aplicação de avaliações.

Sobre a Prova Brasil a entrevistada ainda acrescenta que os professores dos quintos e nonos anos da rede municipal no ano de IDEB passam o ano fazendo diagnósticos, aplicando simulados para identificar as habilidades e competências dos alunos no sentido de promover melhorias caso sejam necessárias.

Nesse sentido Silva, Rodrigues (2013) aponta que a busca da escola e dos professores pela elevação do IDEB e a necessidade de prestar contas sobre seu trabalho tem levado a mudanças na organização escolar e que a preparação dos alunos para a Prova Brasil, nem sempre demonstra a qualidade do ensino, mas a indica o sucesso do treinamento dos alunos para a realização da Prova Brasil.

A entrevistada também destaca como política importante no processo de melhoramento dos índices educacionais, o programa SOMA (Pacto pela Alfabetização na Paraíba) que foi criado pelo governo do estado e o município fez a adesão o mesmo traz iniciativas de avaliação da educação, formação de professores, monitoramento das ações educacionais e o desenvolvimento profissional dos gestores escolares.

Para além dessas políticas, existem algumas específicas desenvolvidas pelo município, é o caso do ALFA LETRA (Alfabetização e Letramento), que é um programa de iniciativa do município que foi criado para auxiliar aqueles alunos que chegavam ao quinto ano sem a proficiência na leitura; educação ambiental e escola sustentável e escolas integrais.

Ela ainda acrescenta outra política importantíssima desenvolvida que é a da educação inclusiva que conta atualmente com cinco salas de Atendimento em Educação Especializada (AEE) beneficiando alunos com necessidades especiais dentro dessas salas uma foi uma política pensada pela equipe da coordenação pedagógica juntamente com a psicóloga educacional a Luciana Severo a de criar uma sala de AEE itinerante para atender alunos que residem na zona rural e essa ação tem gerados efeitos muito positivos.

Ações como estas corroboram com o pensamento de Piana (2009), afirmando que as transformações ocorridas nas escolas da rede pública no trato às diferenças e aos diferentes têm criado espaços importantes de diálogo. Assim, enfatiza a importância da política de educação inclusiva para dar eficácia e universalizar o acesso escola e ao ensino de qualidade, possibilitando as crianças com necessidades especiais desenvolverem suas capacidades e se socializarem com outras crianças que também são preparadas para lidar com as diferenças

O município de Sumé compreende hoje tanto a dimensão dos programas de correção e aceleração de fluxo, de acompanhamento das aprendizagens, de inclusão, entre outros relevantes na busca pelo melhoramento na qualidade educacional.

5.2 Ações que estão sendo realizadas para promover o desenvolvimento e ampliação do ensino básico no município de Sumé – PB

Este polo apresenta os dados referentes ao mapeamento das ações que estão sendo realizadas para promover o desenvolvimento e ampliação do ensino básico no município de Sumé – PB. Nesse sentido, entre as principais ações identificadas para o desenvolvimento e ampliação do ensino básico do município de Sumé estão as atividades relativas a formação de professores, com destaque para a formação do programa SOMA esse programa foi criado pelo governo do estado e o município fez a adesão o mesmo traz iniciativas de avaliação da educação, formação de professores, monitoramento das ações educacionais e o desenvolvimento profissional dos gestores escolares, ele pode ser considerado como uma nova roupagem do PNAIC, Identificou-se também que existem formações continuadas para as creches e para educação infantil.

Outra ação importante desenvolvida no município foi o sistema Edunix criado em substituição ao diário de classe, e essa é uma ferramenta muito eficaz porque além de facilitar o trabalho dos professores ele ainda possibilita o acompanhamento das atividades e registros feitos no sistema, como por exemplo: registro de aula, plano de aula, de frequência e de notas.

Uma outra ação muito importante vem acontecendo desde 2018 a formação continuada para estudo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), onde os professores se reúnem em grupos de estudos para aperfeiçoar os conhecimentos e aplicar em sala de aula. Essa tem sido reflexão e preocupação constante da secretaria de educação municipal, assim como também outras questões que foram pautadas na conferência municipal de educação de Sumé – PB ocorrida recentemente.

Entre as principais ações de promoção e desenvolvimento do ensino básico o município de Sumé apresenta efetividade no trabalho de formação de professores desde a creche ao nono ano do ensino fundamental, com investimento em ferramentas pedagógicas que facilitam o trabalho dos professores e também possibilitam o acompanhamento das atividades por parte da equipe de coordenação

5.3 Entraves e desafios encontrados pela gestão municipal na aplicação das políticas públicas de educação

O terceiro e também último polo de análise tratou dos entraves e desafios apontados pela gestão municipal, no âmbito da secretaria de educação, na aplicação das políticas públicas de educação. Desta forma, frisamos que a principal dificuldade mapeada nas falas cedidas entrevistada está diretamente associada ao contexto social e familiar em que alguns alunos estão inseridos, pois muitas vezes aqueles alunos que possuem dificuldades no aprendizado não têm o incentivo e apoio familiar necessário que os motivem a participar das aulas de reforço ofertadas com o intuito de sanar esse problema.

Nesse sentido Cavaliere (2007) assevera que nas famílias mais privilegiadas como é o caso das escolas da rede privada e nas escolas da elite esse problema é minimizado pois, estes possuem clareza sobre o papel e a função da escola. Enquanto isso as escolas da rede pública atendem à estudantes das camadas populares que transferem a responsabilização socializadora da família para a entidade escolar e os investimentos na educação contam com a compreensão do papel e função social da escola em qualquer que seja a camada social.

Quanto ao caso dos alunos que possuem dificuldades no aprendizado não frequentarem aulas de reforço escolar ou programas criados para suprir essa necessidade pelo fato da distância entre a escola e as residências percebe-se que aí existe uma lacuna que poderia ser sanada com a criação de programas de cunho itinerante ou ampliando as escolas em tempo integral já que durante a entrevista ela relata que essas políticas já existem no município.

Para Gadotti (2013) agora que a escola pública é para todos principalmente para os mais pobres ela precisa ser apropriada para esse novo público e deve ser de qualidade sociocultural com investimento em condições que possibilitem uma nova qualidade em educação. Essa qualidade não se restringe somente aos índices do IDEB, envolve diversos tipos de ações inclusive de melhorias nas instalações citadas durante a entrevista. Escolas foram revitalizadas, repaginadas tanto na questão de acessibilidade quanto na questão de ar condicionado nas salas de aulas, inclusive nas escolas do campo que também estão sendo beneficiadas, e também questão de limpeza, organização, mobiliário estão sendo renovados.

Durante a sua fala a entrevistada disse ainda encontra obstáculos no que se refere aos laboratórios de informática, pois ainda se encontram falhas relacionadas aos provedores da internet, mas que já estão sendo reestruturados, tem escolas que os professores utilizam o wifi

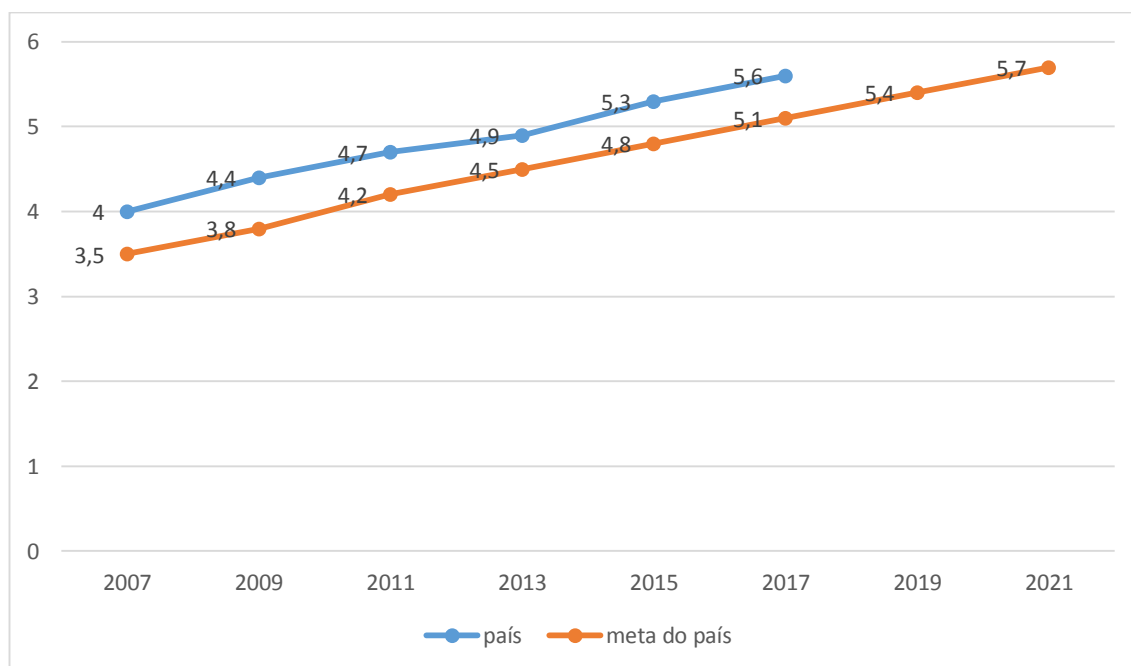
e conectam os alunos da sua turma para trabalharem, mas que ainda estão em um processo de melhorias nessa questão.

Também foi possível identificar que um dos grandes entraves está relacionado ao fluxo escolar, devido a repetência em uma mesma série os alunos se desmotivam e isso leva a desistência afetando diretamente os resultados nos índices de educação. A entrevistada aponta que já existem ações que buscam sanar esse problema, mas isso é algo bastante complexo de lidar pois envolve diversos fatores que as vezes fogem do controle da secretaria de educação.

5.4 Análises das notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede municipal de ensino entre os anos de 2015 a 2017

O resultado do IDEB é o principal índice a ser analisado quando se fala em avaliar a qualidade da educação básica, conforme mencionado ele condensa em um só indicador o aprendizado verificado através do resultado da Prova Brasil ou pela Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEAB) e o fluxo escolar que representa a taxa de aprovação, reprovação, repetência e evasão dos alunos.

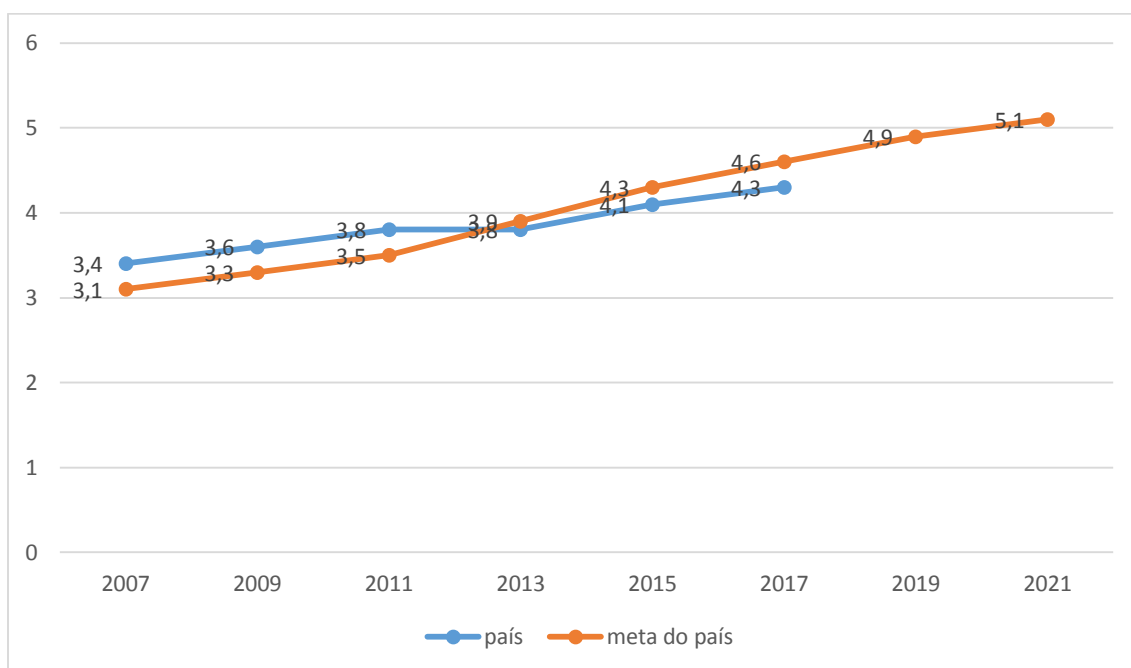
Gráfico 01 - Evolução do IDEB da rede municipal dos anos iniciais do Ensino Fundamental no país



Fonte: Dados disponíveis no Qedu compilado em forma de gráfico pela autora – Sumé (2019).

Analisando as notas do IDEB das series iniciais da rede municipal de ensino entre os anos 2015 a 2017 em nível nacional nota-se que em 2015 o IDEB do país cresceu em relação ao ano anterior e atingiu a meta do país que era 4,8 obtendo uma nota 5,3 e em 2017 o IDEB dos anos iniciais também obteve crescimento e atingiu a meta que era de 5,1 superando esse resultado alcançando a nota 5,6.

Gráfico 02 - Evolução do IDEB da rede municipal dos anos finais do Ensino Fundamental no país.

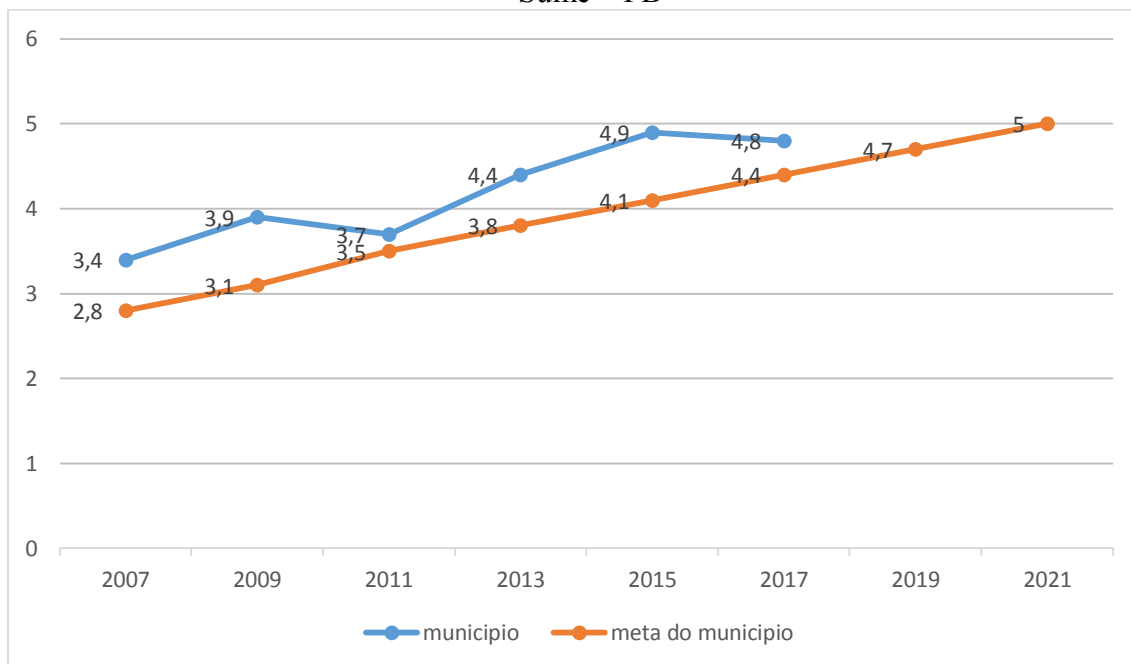


Fonte: Dados disponíveis no Qedu compilado em forma de gráfico pela autora – Sumé (2019).

No que se refere aos anos finais, o IDEB da rede municipal do país obteve um pequeno crescimento em relação ao ano anterior, mas não atingiu a meta do país que era 4,3 ficando com nota 4,1 e em 2017 ele cresceu para 4,3, mas, ainda permaneceu abaixo da meta estipulada que seria 4,6 para este ano.

No que diz respeito aos índices de educação do país tem se percebido um avanço, mas, os desafios postos são analisar se de fato esses índices refletem a real situação da oferta de escolarização nos municípios, sobretudo no município de Sumé – PB onde essa pesquisa foi realizada, por isso ela busca entender essas ações que visam a melhoria da qualidade da educação pública municipal para além do aumento dos índices aqui analisados.

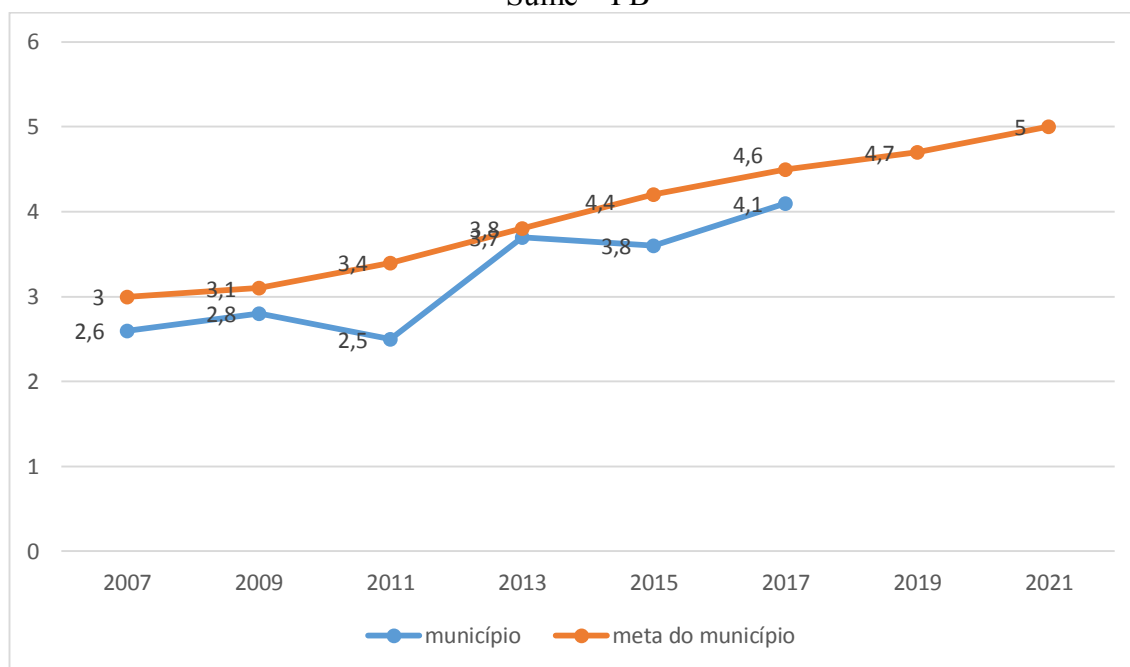
Gráfico 03 - Evolução do IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental no Município de Sumé – PB



Fonte: Dados disponíveis no Qedu compilado em forma de gráfico pela autora–Sumé (2019).

Em se tratando dos Índices educacionais das series iniciais do ensino fundamental na esfera municipal observa-se que o IDEB do município de Sumé no ano de 2015 obteve um crescimento e a nota superou a meta estabelecida para aquele ano que seria 4,1 obtendo nota 4,9, no ano de 2017 o município também teve resultados positivos com nota 4,8 superando a meta que seria 4,4.

Gráfico 04 - Evolução do IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental no Município de Sumé – PB



Fonte: Dados disponíveis no Qedu compilado em forma de gráfico pela autora – Sumé (2019).

Analisando o gráfico 04 percebe-se que o IDEB do município de Sumé – PB, nas series finais do ensino fundamental tanto no ano de 2015 como em 2017 obtiveram notas abaixo das metas estabelecidas, apesar de ter havido um crescimento de um ano para outro esses resultados não foram considerados positivos, já que se mantiveram abaixo das metas.

Percebe-se que os índices de educação analisados nos sistemas de avaliação são importantes, mas, no entanto, não representam o reflexo da realidade como um todo, eles precisam ser investigados de forma mais aprofundada já que a educação se encontra em constante mudanças e o resultado desses índices deve considerar diversas particularidades e distintos aspectos e não somente a prova.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da premissa que a educação é uma das ferramentas de maior importância para o desenvolvimento de um país, podemos concluir com o decorrer desta pesquisa que o investimento em políticas educacionais é o ponto principal para alavancar esse discussão acerca do crescimento econômico, social e cultural. Pois é a partir desses investimentos que o município vai ampliar as formas de acesso à escola, promover melhorias nas instalações e nos processos de formação e capacitação profissional dos membros que compõe a educação.

Esse trabalho dedicou-se em fazer uma análise das ações desenvolvidas pela secretaria municipal de educação de Sumé – PB para obter melhores índices educacionais. Para a compreensão dessas ações foram traçados os objetivos específicos que possibilitaram chegar a conclusão que estão sendo desenvolvidas as políticas educacionais no município de Sumé que tem gerado efeitos bastante positivos através dos programas políticos pedagógicos que trabalham desde a questão da escolarização na idade certa, a busca por alunos que estão fora da sala de aula, competências e habilidades em preparação para a prova Brasil, ensino em tempo integral e a inclusão.

Respondendo o segundo objetivo foi possível chegar à conclusão que o município de Sumé tem investido em ações de formação profissional para professores da rede pública municipal de ensino, para que esses desempenhem um papel de agente transformador social através da promoção de um ensino de boa qualidade e assim venha contribuir para melhoria dos índices de educação.

No que se refere ao terceiro objetivo foi possível conhecer alguns desafios enfrentados pela gestão no tocante ao contexto social e familiar, que requer a integração com outras políticas públicas para que sejam sanados. Também foram encontrados desafios relacionados ao fluxo escolar que tem provocado efeitos negativos nos índices educacionais e conseqüentemente na qualidade educacional, também foram observadas durante a entrevista que existem alguns impasses por parte dos alunos em frequentar as aulas de reforço que são ofertadas nas escolas com o objetivo de ajudá-los a superarem as dificuldades que eles têm no aprendizado isso ocorre muitas vezes pelo fato de a maioria morarem distantes tornando-se inviável para eles participarem das aulas em dois horários mesmo que o município ofereça transporte.

Como resposta à pergunta de pesquisa proposta nesse trabalho: Quais as ações desenvolvidas pela secretaria de educação de Sumé – PB, para o melhoramento dos índices de educação no município, entre eles o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB)? Encontramos os seguintes aspectos: existem diversas políticas públicas educacionais no município de Sumé que estão sendo trabalhadas no sentido de obter melhoramento nos índices de educação, dentro dessas políticas podemos mapear algumas como o programa Educare; Aprender Construindo das creches e da educação infantil; Mais Saber atividades; o SOMA; ALFA LETRA e Educação Inclusiva, cuja a descrição desses programas encontra-se detalhadas no item 5.1. Para além dessas políticas estão acontecendo ações de investimentos na formação e qualificação profissional dos docentes e também na aquisição de recursos pedagógicos para facilitar o trabalho desses professores. Também foi possível identificar

ações de melhorias nas instalações físicas das escolas, porém ainda não são satisfatórias pois, ainda são encontrados entraves nas questões burocráticas e financeiras relatadas pela entrevistada.

Com base nos resultados obtidos por meio desta pesquisa, podemos concluir que embora existam muitos investimentos em políticas públicas educacionais, através da aquisição de programas e projetos, formações continuadas para professores e melhorias infra estruturais, a educação pública do município de Sumé avançou, mas ainda não atingiu o patamar desejado e nem as metas traçadas pelos índices de educação, mesmo com todo esforço da secretaria municipal de educação para a promoção de uma educação de qualidade e melhorias dos índices existem outras vertentes que influenciam nesse processo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, **Constituição Federal**. Brasília. Art.205, p.123; art. 206-inciso I-VIII, 1988.
- BRASIL, Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.
- CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de escola e qualidade na educação pública**. Educ. Soc., Campinas vol. 28 nº 100- especial, Outubro 2007.
- DEMO, Pedro. **Qualidade da educação**: tentativa de definir conceitos e critérios da avaliação. Capa > n. 02 (1990) >. Resumo. Texto completo: PDF
- FERREIRA, Luiz Antônio Miguel; NOGUEIRA, Flávia Maria de Barros. **Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas plano nacional de educação**. Disponível em http://pne.mec.gov.br/images/pdf/Noticias/impactos_politicas_educacionais_cotidiano_escolas_publicas_PNE.pdf>. Acesso em 03 outubro de 2019.
- FORTUNATTI, José. **Gestão da educação Pública**. Artmed. Porto Alegre 2009.
- GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação uma nova abordagem**. Congresso de educação básica: qualidade na aprendizagem, Florianópolis, 2013.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfó. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- JARDIM, Anna Carolina Salgado; PEREIRA, Viviane Santos. **Metodologia qualitativa**: é possível adequar as técnicas de coleta de dados aos contextos vividos em campo? Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.
- LANKSHERAR, Colin; KNOBEL, Michele. **Pesquisa Pedagógica**: do projeto à implementação. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- PIANA, Maria C. **As Políticas educacionais**: dos princípios de organização a proposta de democratização. São Paulo 2009.
- RIBEIRO, Érica Correia. **Educação pública de qualidade**: Utopia ou Possibilidade? Revista eletrônica da faculdade metodista Granbery, curso de pedagogia nº 11 Jul/Dez. 2011.
- SILVA, Andrea Ferreira da; MELÂNIA, Mendonça Rodrigues. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**: Avaliação da Educação, organização escolar e trabalho docente em escolas municipais do Estado da Paraíba. Campina Grande: EDUFCG, 2013.
- SILVA, Andréia Ferreira. **Educação básica**: Política de avaliação externa e outros temas: Ideia, 2015.
- SILVA, Edna Lucia da; MENESES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4. Ed. rev. Atual. Florianópolis: UFSC, 2005 138p.
- SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: Conceitos Tipologias e Subáreas, 2002.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA USADO NA PESQUISA

Questionário de identificação

Quanto tempo você está nessa função?

Qual é a sua formação profissional?

Qual é o tempo de atuação nessa área?

Quanto tempo você está na educação com um todo?

Entrevista semiestruturada

1. Quais os desafios enfrentados pela secretária municipal de educação de Sumé para o alcance de melhores índices na educação pública?
2. Quais os programas de incentivo a formação e qualificação profissionais existentes no município de Sumé – PB?
3. Quais são os impactos positivos e negativos gerados pelo resultado do IDEB no município?
4. Como são firmadas as parcerias com outras instituições de ensino para o desenvolvimento da formação de professores dentro das escolas municipais?
5. Quais os recursos tecnológicos e ferramentas pedagógicas são disponibilizados aos professores e alunos para facilitar o acesso as informações e desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem na rede municipal?
6. Quais são os investimentos feitos na infraestrutura das escolas para melhorar as instalações e facilitar o acesso dos alunos?
7. Quais são as políticas educacionais específicas desenvolvidas pela secretaria município de Sumé? E como ocorre o processo de avaliação dessas políticas?
8. Existe algum assunto que não foi abordado nessa entrevista que você gostaria de falar ou tem algo mais acrescentar que considere relevante para essa pesquisa?